

12/06/2012

PRIMEIRA TURMA

**HABEAS CORPUS 110.932 RIO GRANDE DO SUL**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. LUIZ FUX</b>
<b>PACTE.(S)</b>	<b>: LEONARDO GEREMIAS CAMPÃO</b>
<b>IMPTE.(S)</b>	<b>: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL</b>
<b>COATOR(A/S)(ES)</b>	<b>: RELATOR DO RESP Nº 1207903 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA</b>

**EMENTA: PENAL. HABEAS CORPUS. FURTO QUALIFICADO (CP ART. 155, § 4º, INC. IV). PEQUENO VALOR. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA E ABSOLVIÇÃO EM VIRTUDE DA ATIPICIDADE MATERIAL DA CONDUTA. INADEQUAÇÃO E AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS. ORDEM DE HABEAS CORPUS INDEFERIDA.**

1. O Código Penal, no artigo 155, § 2º, ao se referir ao pequeno valor da coisa furtada, disciplina critério de fixação da pena – e não de exclusão da tipicidade -, quando se tratar de **furto simples**.

2. O princípio da insignificância não há de ter como parâmetro tão só o valor da *res furtiva*, devendo ser analisadas as circunstâncias do fato e o reflexo da conduta do agente no âmbito da sociedade para decidir sobre seu efetivo enquadramento na hipótese de crime de bagatela.

3. O legislador ordinário, ao qualificar a conduta incriminada, apontou o grau de afetação social do crime, de sorte que a relação existente entre o texto e o contexto (círculo hermenêutico) não pode conduzir o intérprete à inserção de uma norma não abrangida pelos signos do texto legal.

4. No caso *sub judice*, o paciente, mediante concurso de pessoas, subtraiu uma bicicleta avaliada em R\$ 128,00 - – que, *in casu*, representava 50% do valor da cesta básica na cidade de Porto Alegre/RS, em outubro de 2008 -, razão por que o Superior Tribunal de Justiça, afastando a aplicação do princípio da insignificância, proveu o recurso especial interposto e determinou a remessa do processo ao Juízo Criminal para dar curso à ação penal.

4.1 Consectariamente, a conduta imputada ao agente não pode ser

**HC 110.932 / RS**

considerada como inexpressiva ou de menor afetação social, para fins penais, adotando-se a tese de atipicidade da conduta em razão do valor do bem subtraído - mesmo na hipótese de furto qualificado.

5. Casso a liminar deferida e denego a ordem.

**A C Ó R D ã O**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em denegar a ordem de *habeas corpus* e cassar a liminar anteriormente deferida, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 12 de junho de 2012.

**LUIZ FUX – Relator**

*Documento assinado digitalmente*

12/06/2012

PRIMEIRA TURMA

**HABEAS CORPUS 110.932 RIO GRANDE DO SUL**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. LUIZ FUX</b>
<b>PACTE.(S)</b>	<b>: LEONARDO GEREMIAS CAMPÃO</b>
<b>IMPTE.(S)</b>	<b>: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL</b>
<b>COATOR(A/S)(ES)</b>	<b>: RELATOR DO RESP Nº 1207903 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA</b>

**R E L A T Ó R I O**

**O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR):** Trata-se de *habeas corpus* impetrado contra decisão proferida no Recurso Especial nº 1.207.903, mediante a qual o Ministro Adilson Vieira Macabu, Desembargador convocado do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, deu provimento a recurso pelo Ministério Público estadual e, reformando o acórdão proferido na apelação, determinou o prosseguimento da ação penal ajuizada contra o paciente. Os fundamentos da decisão impugnada estão sintetizados na seguinte ementa, *verbis*:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL PENAL. PENAL. CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO. FURTO QUALIFICADO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ART. 255, § 2º, DO RISTJ. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA SUSCITADA.

- A aplicabilidade do princípio da insignificância no delito de furto, para afastar a tipicidade penal, é cabível quando se evidencia que o bem jurídico tutelado (no caso, o patrimônio) sofreu mínima lesão e a conduta do agente expressa pequena reprovabilidade e irrelevante periculosidade social.

- A teor da farta jurisprudência desta Corte, não se conhece de recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional, se o dissídio jurisprudencial não estiver comprovado nos moldes exigidos pelo art. 255, parágrafos 1º e

**HC 110.932 / RS**

2º do RISTJ.

- Recurso especial parcialmente provido.

O paciente foi preso em flagrante pela prática do crime descrito no artigo 155, § 4º, IV do Código Penal (furto de bicicleta avaliada em R\$ 128,00, em concurso de agentes), mas foi absolvido pelo Juízo ante a incidência do princípio da insignificância.

A acusação interpôs recurso de apelação, alfim desprovido. Daí a interposição de recurso especial, que acabou provido pelo STJ para afastar a aplicação do princípio da insignificância, determinando o prosseguimento do processo contra o paciente.

Nesta impetração, sustenta-se a incidência do princípio da insignificância ante a observância dos requisitos para reconhecer-se a atipicidade material: mínima ofensividade da conduta do paciente, nenhuma periculosidade social da ação, grau reduzido de reprovabilidade do comportamento e inexpressividade da lesão jurídica provocada.

Requer a concessão da ordem para reconhecer a atipicidade material da conduta imputada ao paciente ante a incidência do princípio da insignificância.

O pedido de concessão de liminar foi deferido para suspender o curso do Processo-Crime nº 037/20800056286-1, em tramitação no Juízo da Comarca de Uruguaiana/RS, até o julgamento do *writ*.

A Procuradoria Geral da República manifesta-se no sentido do indeferimento do pedido de *habeas corpus*.

É o relatório.

12/06/2012

PRIMEIRA TURMA

**HABEAS CORPUS 110.932 RIO GRANDE DO SUL**

### **EXPLICAÇÃO**

**O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR)** - Senhor Presidente, pedi para trazer esses dois **habeas corpus** - julgamento em conjunto - porque, na última sessão, tivemos a oportunidade de fazer aqui uma alusão de que uma tese sobre a insignificância de uma figura penal, partindo do Supremo Tribunal Federal, geraria assim uma jurisprudência com caráter exemplar duvidoso. Considerar um fato típico, pela lei, como atípico por força da insignificância do bem jurídico. Por menor que seja o direito da parte, por maior que seja, é sempre importante para aquela pessoa que perdeu aquele bem. De sorte que fiquei assim bastante impressionado com a argumentação do Ministro Marco Aurélio de que, se a lei já prevê o furto privilegiado, é mister deixar o perdão judicial por conta do próprio magistrado. Essa postura, ela é uma postura que conforta mais o Judiciário do que a própria jurisprudência, criar uma doutrina da insignificância de uma figura que é considerada atípica.

**O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO** – Um paradoxo.

**O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR)** - Um paradoxo.

**O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO** – É, porque o furto privilegiado depende da primariedade do agente, e, na insignificância, essa primariedade pode ser colocada em segundo plano!

**O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR)** - Então, Senhor Presidente, eu trouxe aqui duas ementas. Quer dizer, na verdade estou colocando aqui por que não coloquei a teoria da insignificância.

12/06/2012

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 110.932 RIO GRANDE DO SUL

**VOTO**

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR): O princípio da insignificância incide quando presentes, **cumulativamente**, as seguintes condições objetivas: **(a)** mínima ofensividade da conduta do agente, **(b)** nenhuma periculosidade social da ação, **(c)** grau reduzido de reprovabilidade do comportamento, e **(d)** inexpressividade da lesão jurídica provocada, consoante entendimento firmado por ambas as Turmas desta Corte (HC 101.998/MG, Rel. Min. Dias Toffoli, Primeira Turma, DJe de 22/03/2011; HC 104.401/MA, Rel. Min. Ellen Gracie, Segunda Turma, DJe de 08/02/2011; HC 107370/SP, rel. Min. Gilmar Mendes, 2ª Turma, DJ de 22/6/2011; HC 105974, rel. Min. Ayres Britto, 2ª Turma, DJ de 1/2/2011; HC 100311, rel. Min. Cezar Peluso, 2ª Turma, DJ de 23/4/2010).

Não resta dúvida de que o bem furtado é de valor reduzido (R\$ 128,00), sendo certo que a conduta praticada pelo paciente não apresenta, em princípio, desvalor maior e que o bem foi restituído à vítima, embora em razão de circunstâncias alheias à vontade do agente, que fora surpreendido no momento da prática delituosa. A imputação ao paciente é de prática de furto qualificado por concurso de agentes.

Entendo ser inaplicável o princípio da insignificância. O valor da *res furtiva*, de fato, não pode ser o único parâmetro a ser avaliado, devendo ser analisadas as circunstâncias do fato para decidir-se sobre seu efetivo enquadramento na hipótese de crime de bagatela, bem assim o reflexo da conduta no âmbito da sociedade. Acrescento, também, que a conduta do paciente, como narrada na denúncia – furto qualificado pelo concurso de pessoas -, não pode ser considerada como inexpressiva para fins penais, nem há de ser qualificada como sendo de menor afetação social. Igualmente não me parece admissível considerar bem de ínfimo valor, ou

**HC 110.932 / RS**

de valor insignificante o bem subtraído em 13 de outubro de 2008, que foi avaliado a quantia de R\$ 128,00 (cento e vinte e oito reais), – valor que representava aproximadamente 35% do salário mínimo então vigente de R\$ 415,00 (quatrocentos e quinze reais).

Assim, não verifico a presença dos vetores a serem observados para a aferição do relevo material da tipicidade penal, como a mínima ofensividade da conduta do agente, a inexistência de periculosidade social da ação, o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e a inexpressividade da lesão jurídica provocada.

Ante a ofensividade da prática delituosa, a periculosidade social da ação e o alto grau de reprovabilidade do comportamento, não há que se cogitar em descaracterização da tipicidade penal, mormente quando não se trata de furto simples, mas de furto qualificado pelo concurso de pessoas. Não parece, à primeira vista, que se possa imprimir à prática de furto qualificado o caráter de somenos importância à conduta do paciente. A pré-compreensão do significado do enunciado do dispositivo penal, tendo em conta a relação existente entre o texto e o contexto (círculo hermenêutico), não pode conduzir à inserção de uma norma não abrangida pelos signos do texto legal.

Sobre o tema, parece-me oportuno recordar o parecer subscrito por Francisco de Assis Toledo, quando exercia o cargo de Subprocurador-Geral da República, no Recurso Extraordinário Criminal nº 100.024-4/SP, de que foi relator o Ministro Aldir Passarinho, acórdão publicado no DJ de 16.09.1983, *verbis*:

“(…) O direito penal moderno colocou no centro do sistema a ação humana para submetê-la a uma série de valorações que, dadas certas condições, irão permitir a aplicação da pena criminal e determinar a natureza e quantidade desta. Dentro desse quadro, o certo é que, presentemente, ao ‘desvalor do resultado’, sobressai-se, de

**HC 110.932 / RS**

modo proeminente, o ‘desvalor da ação’. Não será mesmo exagero afirmar-se que, a partir Welzel, o ‘desvalor da ação’ desalogou do núcleo da Dogmática Penal o primitivo e puro ‘desvalor do resultado’. O injusto típico penal já não se esgota na mera causação de um resultado, mas exige bem mais que isso: deve concorrer, para a caracterização do injusto, todo um conjunto de circunstâncias e características próprias ou referidas à ação humana, as quais dão o verdadeiro colorido de ilicitude à conduta típica. Ao desvalor do resultado, acrescenta-se, pois, de modo dominante, o desvalor da ação. O injusto é um injusto de ação, pessoal, referido ao autor.

Ora, dentro dessa colocação, torna-se evidente que um furto qualificado (qualificado pelo acréscimo de circunstâncias típicas que o tornam substancialmente mais grave do que um furto simples) não pode ser simplesmente nivelado, só pela pequenez do resultado que eventualmente produziu, ao denominado furto de pequeno valor (pequeno valor do resultado), de sorte que, aqui, contrariando a tendência doutrinária, se dê maior realce ao desvalor do resultado, com total desprezo ao desvalor da ação.

E assim deve ser, segundo supomos, com mais razão no âmbito de uma interpretação teleológica, (...), pois não se compreende que, na busca dos fins da norma, considerasse o intérprete o peso do resultado de uma certa conduta e, ao mesmo tempo, usasse de restrições mentais e de abstrações para forçadamente repudiar toda uma constelação de fatores relevantes que compõem e dão o autêntico colorido típico à própria conduta que se tem como causa desse mesmo resultado.

Em conclusão, dentro de um quadro mais amplo do que o traçado no despacho em exame, no qual ao lado do ‘resultado’ se tome igualmente na devida conta a ação humana, com seus elementos característicos e qualificadores, não vemos como se possa nivelar o furto qualificado ao furto simples. Seria o mesmo que considerar o homicídio privilegiado idêntico ao homicídio qualificado, porque ambos produzem o mesmo



**HC 110.932 / RS**

resultado morte, e pretender estender ao segundo os benefícios que o legislador excepcionalmente concede ao primeiro.

Pelas razões expostas, não temos dúvida em manifestar nossa modesta adesão à orientação jurisprudencial prevalecente no Excelso Pretório, que não tem vacilado em afastar o preceito do art. 155, § 2º, do Código Penal, na hipótese de furto qualificado (RECr nº 74.991, Rel. Min. Luiz Gallotti, DJ 30.03.73; HC 54.571, Rel. Min. Cunha Peixoto, RTJ 81/362; RECr 88.506, Rel. Min. Cunha Peixoto, RTJ 81/362; RECr 88.506, Rel. Min. Décio Miranda, DJ 23.2.79; RECr 88.087, Rel. Min. Décio Miranda, DJ 23.3.79; RECr 90.461, Rel. Min. Djaci Falcão, DJ 7.12.79).

Ante o exposto, casso a liminar e denego a ordem.

12/06/2012

PRIMEIRA TURMA

**HABEAS CORPUS 110.932 RIO GRANDE DO SUL**

**ESCLARECIMENTO**

**O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR)** - Senhor Presidente, num caso não trancou. E, aqui, quer que seja considerado princípio da insignificância.

Então, a essência do voto, em primeiro lugar, ela diz: Olha, a jurisprudência, além da primariedade, não basta além do valor, não basta alegar só isso, tem que demonstrar que não está dedicado à atividade criminosa, não basta também ser só primário. Mas ainda que assim não bastasse, entendo eu que não se pode considerar atípica uma figura penal que o Código considera típica, porque é atuar como legislador positivo. Então, não tenho grandes simpatias pela teoria da insignificância. Acho que depõe contra o Poder Judiciário criar uma teoria dessa, uma doutrina pró-réu, desnecessária, podendo resolver com a hermenêutica legal. O Ministro Marco Aurélio insiste nesse parágrafo aí de furto privilegiado.

Estou propondo isso.

**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (PRESIDENTE):**

A conclusão?

**O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR)** - A conclusão: estou negando ambos os **habeas corpus**. Um para trancar, e o outro para não considerar crime - que dá no mesmo.

12/06/2012

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 110.932 RIO GRANDE DO SUL

**NOTAS PARA O VOTO**

**A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER** - Ministro Luiz Fux, peço a Vossa Excelência um esclarecimento, por gentileza: quais os bens furtados?

**O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR)** - No primeiro caso, houve rompimento de uma residência e subtraiu bens que foram avaliados, na época, correspondendo a trinta por cento do salário mínimo do ano de 2000.

**A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER** - Mas houve o ingresso na residência?

**O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR)** - Houve. Houve arrombamento de porta da residência e aí, depois, subtraíram. E, no caso aqui, o outro, foi uma bicicleta que representava cinquenta e oito por cento da cesta básica que o Estado do Rio Grande do Sul fornecia: cento e vinte e oito reais. Isso em 2008. Também não considere. O STJ não considerou insignificante para efeito de trancar. Estou denegando a ordem, mas estou colocando, com **ratio decidendi**, essa questão do afastamento, em tese, do princípio da insignificância como técnica de auto integração, porque a lei resolve o problema como furto privilegiado. E também entendo que cria esse desconforto com a Corte Suprema de criar uma doutrina de que, dependendo do valor do bem jurídico, pode ser delito ou não quando a lei diz que é. E é a mesma coisa que subestimar o bem que pertence a uma pessoa carente. O mínimo que se tirar dela é muito. Então a ideia é essa.

**A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER** - Peço vênua ao Ministro Luiz Fux, só para firmar posição, são esses temas, só com relação aos fundamentos porque, em ambos os casos concretos, denego a ordem, acompanhando o voto do eminente Ministro Luiz Fux.

A minha fundamentação é diversa, na medida em que entendo - seguindo essa doutrina que não é bem vista, ou pelo menos não é

**HC 110.932 / RS**

acolhida nesta Primeira Turma, que diz respeito ao princípio da insignificância.

Quanto mais medito a respeito do princípio da insignificância, mais me apego a ele. Se o art. 155 do Código Penal qualifica, enquadra e prescreve como furto "*subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel*" - esse é o tipo penal - e se alguém subtrair um pacotinho de lantejoulas, minúsculo, não deixou de cometer um delito. Teoricamente, seria subtrair para si ou para outrem coisa alheia móvel.

Entendo que o Direito Penal não pode - é o princípio da interferência mínima do Estado, o princípio da fragmentariedade, entendo que aí a questão situa-se no plano da tipicidade, ou seja, "*subtrair, para si ou para outrem,*" um pacotinho de lantejoulas ou um pão torna o delito atípico, ou seja, não há delito, não há atipicidade. Eu tenho o maior respeito. Sei que não é posição vencida na Primeira Turma, mas é só para fazer o registro.

Já a questão do furto privilegiado, no caso, ele diz com a culpabilidade, quer dizer, ele não atua no plano do tipicidade. E de fato, tanto é que a Primeira Turma adota a postura de que, ainda que o valor seja insignificante, se for reincidente, nós, aqui, não concedemos a ordem. Entende-se que não há como aplicar o princípio da insignificância. Ainda que ele tenha furtado um pão, se ele for reincidente, pela jurisprudência da Primeira Turma, temos um crime de furto.

Compreendo as razões, são extremamente relevantes, mas é só para firmar a minha posição, que é vencida. E Vossas Excelências sabem que trago já o voto com a posição da Turma.

**O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR)** - Deixa eu só demonstrar uma perplexidade, é porque realmente nós não tivemos oportunidade, pode ser que eu tenha pouco tempo aqui, mas nunca consegui decidir uma lantejola ou um pão. Vai ser **ad terrorem** esse argumento.

Agora, de qualquer maneira, o Rio de Janeiro é uma cidade que fomenta muito a cultura do carnaval e há alguns camelôs pobrezinhos que têm ali uma bandejinha que eles vendem lantejoulas e serpentinas. Se o homem compra aquilo ali com a diferença de cinquenta centavos, se

**HC 110.932 / RS**

levarem um saquinho de lantejoulas, ali vai fazer falta para esse pobre. Eu não tenho dúvida de que aí esse princípio da insignificância não vai ser contemporizado.

Agora, se nós pegarmos noventa por cento dos casos aqui da Turma sobre princípio da insignificância, a Turma não tem conforto para adotar isso e usa as válvulas de escape: que ele se dedica, ou reincidente, ou já roubou mais de um xampu. Pão, eu tenho certeza que aqui ninguém vai condenar, pela própria sensibilidade já revelada de cada um aqui. Essa doutrina é penalmente comprometedora, no meu modo de ver, assim no sentido dos fundamentos científicos dela: intervenção mínima de Direito Penal. Ninguém vai preso por roubar alguma coisinha, mas o juiz tem que avaliar a vida em sociedade. Dependendo do lugar, a insignificância, num grande centro, pode não sê-lo noutro.

**A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER** - Mas, na sessão passada, Ministro Luiz Fux, era uma bandeja de carne de dezenove reais e houve a condenação. Fiquei vencida. Condenação não, houve a denegação da ordem.

**O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR)** - Mas ele devia ser cliente do supermercado. Parece que ele ia todo dia lá. Não era isso? Parece que nós descobrimos isso aí.

**A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER** - Sim, em função da residência. Eu ainda ponderei que se fosse um pão por dia!

**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (PRESIDENTE):**

A Ministra Rosa Weber denega a ordem nos dois **habeas corpus**.

**A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER** - Com fundamentos diversos.

**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (PRESIDENTE):**

A conclusão só. Denega a ordem.

**A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER** - Gostaria que registrasse porque a fundamentação do Ministro Luiz Fux, brilhante, como sempre, vai ser nessa linha que eu não adoto.

12/06/2012

PRIMEIRA TURMA

**HABEAS CORPUS 110.932 RIO GRANDE DO SUL**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Presidente, continuo acreditando que a atuação judicante é vinculada ao direito posto.

O tipo penal: "*subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel*", e tem-se o balizamento em termos de pena: o mínimo de um ano e o máximo de quatro. A pena-base é fixada, presentes as circunstâncias judiciais. São onze ou doze circunstâncias judiciais que estão no artigo 59. Preconiza-se que:

O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, às circunstâncias e consequências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime: I - as penas aplicáveis dentre as cominadas;

Então há a possibilidade de atuar dentro desse balizamento. Mais do que isso: tem-se a figura que comporta como requisito o pequeno valor da coisa furtada, que é o crime privilegiado.

"Se o criminoso é primário" – requer-se, portanto, que seja primário –, "é de pequeno valor a coisa furtada, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços" – causa de diminuição, pode ficar aquém, portanto, do piso previsto de um ano – "ou aplicar somente a pena de multa."

Não tenho como fugir a esse contexto e criar, no campo da jurisprudência, sob pena de substituir-me inclusive ao Congresso Nacional, essa figura que seria do crime de bagatela, muito embora, precedida a bagatela do vocábulo crime, que não deixaria de ser um crime.

Por isso, acompanho o relator, indeferindo a ordem.

**12/06/2012**

**PRIMEIRA TURMA**

**HABEAS CORPUS 110.932 RIO GRANDE DO SUL**

**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (PRESIDENTE):**

Eu acompanho o Relator, diante das circunstâncias específicas de cada caso. Continuo analisando individualmente cada caso.

12/06/2012

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 110.932 RIO GRANDE DO SUL

**EXPLICAÇÃO**

**A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER** - Senhor Presidente, perdoe-me, gostaria que constasse a minha divergência de fundamentação, porque o Ministro Luiz Fux está expondo toda uma fundamentação.

**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (PRESIDENTE):**

Mas as razões e os fundamentos do voto não são consignados na proclamação, e sim nas notas taquigráficas.

**A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER** - Mas eu não sou Relatora.

**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (PRESIDENTE):**

Vai constar do acórdão.

**O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO** – Desde que as notas não sejam canceladas, aliás, o que agora se tornou uma prática no Supremo.

**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (PRESIDENTE):**

Isso é da exclusiva análise da eminente Ministra **Rosa Weber**.

Para fins de conclusão, é a conclusão da Turma. A Turma concluiu em denegar a ordem. As razões são de cada qual. Eu mesmo fiz menção às minhas razões. Disse que continuarei a analisar cada caso individualmente, embora acompanhe o Relator, na sua conclusão. Senão nós teremos que consignar os votos na proclamação do resultado.

**O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO** – Seria consignar os fundamentos.

**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (PRESIDENTE):**

Os fundamentos constantes dos votos.

**O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR)** - Senhor Presidente, neste Habeas Corpus 110.932, havia uma liminar. O pedido de



**HC 110.932 / RS**

concessão de liminar foi indeferido para suspender o curso do processo-crime na Comarca de Uruguaiana. A decisão não foi minha.

**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (PRESIDENTE):**

Mas aqui, então, cassamos a liminar.

**O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR) -** Cassamos a liminar.

**PRIMEIRA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**HABEAS CORPUS 110.932**

PROCED. : RIO GRANDE DO SUL

**RELATOR : MIN. LUIZ FUX**

PACTE.(S) : LEONARDO GEREMIAS CAMPÃO

IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO RESP Nº 1207903 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**Decisão:** A Turma denegou a ordem de *habeas corpus* e cassou a liminar anteriormente deferida, nos termos do voto do Relator. Unânime. Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli. 1ª Turma, 12.6.2012.

Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Cármen Lúcia, Luiz Fux e Rosa Weber.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Edson Oliveira de Almeida.

Carmen Lilian Oliveira de Souza  
Secretária da Primeira Turma